

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 777 - de 19 de novembro a 3 de dezembro

SECUNDARISTAS OCUPAM ESCOLAS CONTRA POLÍTICA DE ALCKMIN



ATENTADOS CHOCAM A FRANÇA EQUIPES MÉDICAS EM AÇÃO



Luta de classe
Cubatão contra
o desemprego
pág. 7

Tragédia em Mariana
A responsabilidade
das mineradoras
pág. 8

Partido
Encontro
de Sindicalistas
pág. 9

Portugal
Um novo caminho
se abre
pág. 11

“Não tem desculpa, se fecha a nossa escola: Ocupa!”

Secundaristas ocupam 74 escolas em São Paulo contra política de Alckmin

No fechamento desta edição já se eram de 74 escolas ocupadas por estudantes secundaristas no estado de São Paulo. Essa é a resposta dos estudantes – que contam com a solidariedade de muitos pais e professores – ao plano de “reorganização” do governo Alckmin (PSDB), que pretende fechar 94 escolas inteiras além de centenas de salas de aulas em outras escolas, transferindo milhares de estudantes e professores arbitrariamente.

Embora Alckmin negue, e apresente argumentos ditos pedagógicos, a medida tem o claro objetivo de cortar gastos. Enfrentando a queda de arrecadação de impostos decorrente da crise econômica aprofundada pelo ajuste fiscal feito pelo governo Dilma sob o comando do ministro Joaquim Levy, o governo Alckmin ousa atacar a educação e já anunciou um orçamento para 2016 em que congela a quantia destinada à pasta, sem fazer a correção pelo IPCA ou qualquer outro índice que mede a inflação.

De acordo com um levantamento feito pela bancada legislativa do PT de São Paulo, esse congelamento equivaleria a R\$ 2 bilhões a menos para a educação no ano que vem.

A prática de redução de custos com serviços públicos é tradicional dos tucanos. Beto Richa no Paraná também ameaçou fechar escolas, depois recuou. Em Goiás, Marconi Perillo entrega escolas para à administração das Organização Sociais (entidades privadas) e para a Polícia Militar!



Ocupação na Escola Estadual Gavião Peixoto, localizada em Perus, na zona norte de São Paulo

O que não cabe é que o governo do PT seja o responsável pelo ajuste fiscal que provoca queda na arrecadação e cortes nos gastos sociais em nome do pagamento de juros da dívida pública, que enche bolso de banqueiro e especulador. Passou da hora de mudar a política econômica e demitir Levy.

Quanto ao governo Alckmin, alvo principal da luta em curso, é preciso ajudar o movimento a encostá-lo na parede. Obrigá-lo a recuar. É necessário pôr fim ao projeto de reorganização, impedir o fechamento de qualquer escola e qualquer sala de aula e todas as medidas que na verdade desmantelam a educação para economizar recursos.

Ocupações se multiplicam e se organizam

É para esse enfrentamento que os estudantes decidiram ocupar as escolas. Embora em alguns casos militantes do MTST tenham tentado ocupar no lugar de estudantes, quem protagoniza as ações são estudantes secundaristas, já organizados politicamente ou que começaram a despertar para a luta política.

A primeira ocupação começou na Escola Estadual Diadema no dia 10 de novembro. No mesmo dia estudantes ocuparam a escola Fernão Dias, que fica em Pinheiros na capital. A cada hora o número cresce.

Na escola Estadual Saboia de Meireiros, na zona sul da capital, a

organização da ocupação foi clara: para ocupar é preciso seguir regras definidas pelo próprio movimento. Uma delas é a total proibição de consumo de álcool e drogas, para não dar qualquer pretexto à repressão. O mesmo procedimento é adotado em outras ocupações como a da E.E. Caetano de Campos no centro, ou da E.E. Maria Petronila também na zona sul, que elegem comissões para limpeza, segurança, organização etc.

As ocupações têm programações como aulas públicas, debates, oficinas e diversas atividades com participação da comunidade escolar. Falta ainda centralizar a luta num comando geral.

Resistência e repressão.

Pais, professores, movimentos e organizações tem se mostrado solidários. Uma rede de coleta de alimentos está sendo organizada por diversas entidades como a UBES, a UNE, Centros Acadêmicos, sindicatos etc. Há várias doações espontâneas da população. A APEOESP (sindicato dos professores) tem oferecido ajuda jurídica e material, além de seus dirigentes ajudarem a proteger o local das provocações policiais. Até o fechamento desta edição uma decisão da justiça impedia a reintegração de posse das escolas, mas o caso continua em julgamento. Mesmo assim a PM de Alckmin já invadiu escolas, bateu em estudantes e professores e prendeu alguns. O movimento, entretanto, não dá sinal de cansaço e resiste.

Luã Cupolillo

SOLIDARIEDADE EM TODO O PAÍS

Escolas ocupadas fizeram um chamado para um dia nacional de solidariedade às ocupações para dia 19. Mesma data escolhida pela UBES depois de batalha da Juventude Revolução no congresso (sobre o qual trataremos balanço na próxima edição).

Atividades em diversas partes do país são feitas na porta de escolas. Alunos de uma ETEC caminharam até a escola Fernão Dias em solidariedade. A Juventude Revolução realizou panfletagens em diversos estados como Mato Grosso, Rio de Janeiro, Brasília e Bahia, onde no CETEP de Cruz das Almas chegaram a atrasar a entrada dos estudantes para uma discussão. Houve mobilização também no Paraná. Em todo o país estudantes se solidarizam com a luta.

Trabalho infantil aumenta 4,5% em 2014

Mais um índice que indica a regressão que vive o país

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2014), divulgada no último 13 de novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil registrou um considerável aumento no trabalho infantil em 2014. O número de crianças e adolescentes – entre 5 e 17 anos – que trabalham cresceu 4,5%, o que corresponde a 143,5 mil pessoas a mais nessa situação. No ano passado, 554 mil crianças de 5 a 13 anos estavam trabalhando. Verificou-se o aumento o trabalho infantil em todas as faixas etárias, em todos os tipos de atividade e em todas as regiões do país em relação a 2013. Esse número deve aumentar

ainda mais em 2015, pois as consequências da política de ajuste de Levy – desemprego e precarização do trabalho – atinge sobretudo os membros de famílias com baixa renda. No ano passado, aumentou o número de crianças trabalhando para ajudar os adultos em atividades informais, como comércio ambulante e venda de alimentos. De acordo com Cimar de Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, “esse trabalho por conta própria traz para o mercado esse formato de trabalho. Não é uma estrutura nova, é uma estrutura que se acentua mais quando aumenta esse contingente de trabalhadores (informais)” (OESP, 14/11).

Dados de 2013 já apontavam que é no campo que se concentra o maior número de crianças (entre 5 e 13 anos) que trabalham: 62,1% do número total do país, atingindo 325 mil crianças. Em 2014, esse número aumentou 5,8%, atingindo 344 mil crianças. Entretanto, é nas cidades que concentra o maior aumento – 16%, – do trabalho infantil em 2014. As crianças que trabalham em atividades não-agrícolas passaram de 181 mil em 2013 para 210 mil em 2014. O que corrobora a tese de que o aumento do trabalho infantil em 2014, com a consequente evasão escolar, acompanha o aumento do emprego informal dos adultos.

Com Levy, contra o povo?

Uma vez mais, desta vez desde a Turquia, na reunião do G-20, a presidente Dilma fez enfática defesa de seu ministro Levy. Disse, "vir a público e reforçar que o ministro fica onde está", porque "é um grande servidor público, que tem compromisso com a estabilidade do país".

Estabilidade para os especuladores, inferno para o povo!

Levy simboliza uma política que pode levar até o início de 2016 a um índice de desemprego de dois dígitos.

Dilma também defendeu o projeto de Lei Antiterrorismo, em discussão no Congresso Nacional, por cuja aprovação Levy pressiona. Um projeto que pode transformar a luta social, como uma ocupação de terra, em ato terrorista! Por isso, é repudiado pela CUT, pelo MST e demais movimentos populares. Inclusive o presidente a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, do PT, pediu a retirada do projeto.

E Dilma diz, "Levy fica onde está"!

Fica para prosseguir a política que satisfaz os especuladores que, em todo o mundo, jogam milhões no desemprego, quebram direitos e conquistas sociais.

Agora mesmo, no estado mais rico da nação, o governo paulista quer fechar 94

escolas públicas para economizar recursos. Jovens, estudantes de 14 a 18 anos, se mobilizam ocupando escolas para impedir o fechamento.

Mas o pretexto da investida do governador Alckmin (PSDB) é a queda da arrecadação

LEVY REPRESENTA A REGRESSÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO PAÍS

provocada pelo ajuste fiscal recessivo de Levy que também provoca, em estados e municípios, atraso no pagamento de salários do funcionalismo e compromete os serviços públicos.

A estabilidade com a qual Levy tem compromisso é a que ditou o desinvestimento na Petrobrás e levou à greve dos petroleiros para garantir os direitos e um reajuste ao menos igual à inflação.

O trabalho infantil, depois de 10 anos voltou a crescer no país, em consequência do desemprego e da queda da renda salarial das famílias trabalhadoras.

Regressão econômica e social, esse é o compromisso de Levy, para atender o

capital financeiro e a sanha de lucro das multinacionais.

Não foi esse o compromisso assumido por Dilma, e pelo PT, com os 54 milhões de brasileiros que lhe deram a reeleição!

Agora mesmo, a região da Baixada Santista, no litoral paulista, está na iminência de perder cerca de 20 mil empregos, com a decisão da Usiminas, localizada em Cubatão, de desativar setores da produção.

Há uma resistência na cidade, a começar pela prefeita do PT que recoloca como saída contra essa ameaça, a discussão da reestatização da empresa, privatizada por FHC.

Em Cubatão, a prefeita do PT está na luta em defesa dos empregos, porque não quer ser "a prefeita do PT que fechou a cidade". Assim é agir como o PT agia!

Dilma não pode continuar deixando que seu ministro Levy feche o país para o povo e abra as portas à pilhagem especulativa.

As reuniões de base do Diálogo e Ação Petista querem ajudar a conquistar uma política que atenda aos interesses dos trabalhadores e da maioria da nação.

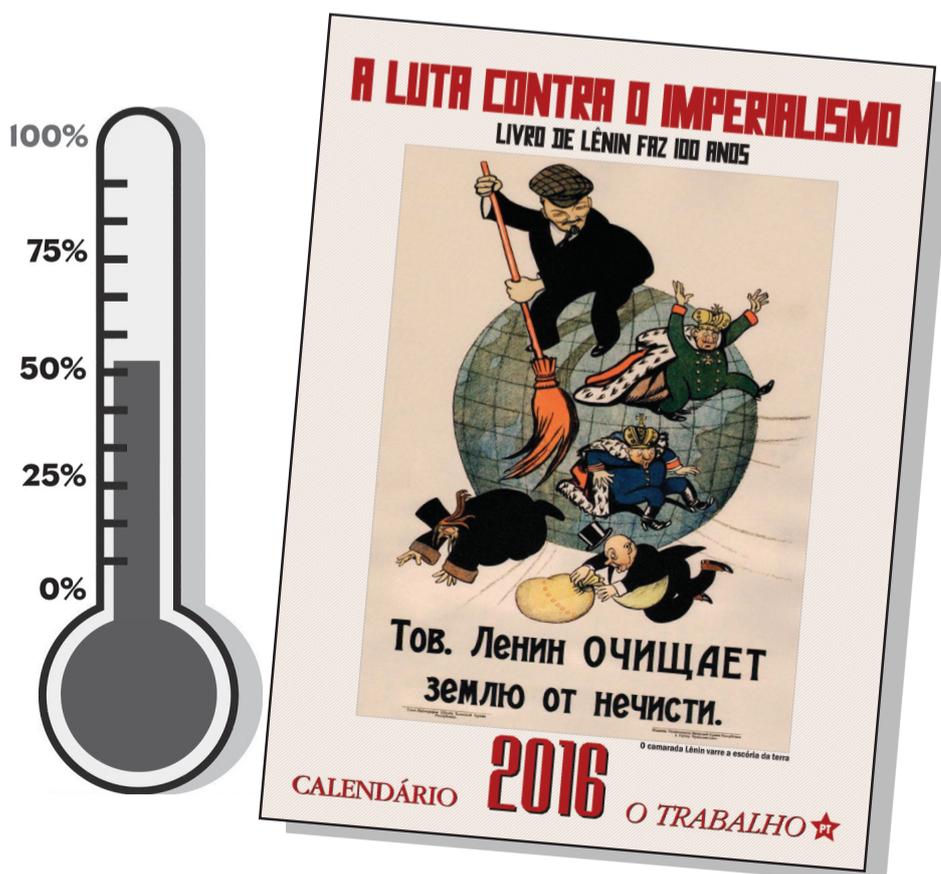
Uma reflexão se impõe: se Dilma insistir na política de ajuste de Levy, está colocada a discussão do partido mudar a relação com seu governo.

CAMPANHA FINANCEIRA - CONTRIBUA!

Adquira o Calendário O Trabalho 2016!

Na nona semana de campanha, estamos com 51% do objetivo de arrecadação. É hora de fazer o termômetro subir!

"A luta contra o imperialismo" é o tema do calendário de 2016, editado por O Trabalho. Compre seu calendário e nos ajude a manter a independência para reforçar a luta dos trabalhadores, tarefa mais urgente do que nunca, diante da crise do imperialismo.



Memória

DITADURA ADIA ELEIÇÕES E PRENDE PETISTAS

No último final de semana, vários militantes do PT foram presos em São Paulo e em Salvador. Na madrugada de sábado, dia 15, quatro pessoas – Ana Corbisier, Marli Machado, Carlos Cavalcante e Gerson Cesário Pena – foram levados por uma Rota, quando colocavam uma faixa alusiva ao adiamento das eleições, que perguntava: "Por que não votamos hoje? PT". (...) Em Salvador, as prisões aconteceram na madrugada de domingo. Dentre os oito presos estava o presidente da Comissão Executiva regional provisória do PT baiano, Jacques Wagner. Eles foram levados por agentes civis e soldados da Polícia Militar ao saírem de um ato público em protesto contra o adiamento das eleições realizado no bairro Fazenda Grande do Retiro.

O Trabalho nº 86 – 19/11/1980



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Até quando?

A situação alarmante se aprofunda

No clima de instabilidade institucional, pode parecer que diminuiu a crise política, após o fim da greve dos camioneiros “fora Dilma”, e a retomada pelo PSDB de negociações no Congresso Nacional. Só parece.

As concessões que Dilma fez aos EUA, como o seu projeto de “lei antiterror” que atinge os movimentos populares, ou os favores aos bancos contra os direitos sociais (v. box), só aprofundam o impasse.

Desgastada, ela perde apoio social, o PT apanha, e seu principal aliado, o PMDB de Temer se credencia sem poder se lançar.

Até quando?
Ou Dilma muda, ou o PT terá que rediscutir a relação

A mobilização do impeachment diminuiu, mas o mau-humor na base petista só vai aumentar com essas medidas ditadas por Levy e apoiadas por Cunha, que preside a Câmara com sua própria cota de maldades.

Em passeatas apareceu o “Fora Cunha, Fora Levy, Quero a Dilma que Elegi!”. De fato, a que está aí, parece outra!



O mal-estar nas organizações populares que elegeram Dilma é claro, inclusive no PT que tem maior responsabilidade. Ainda por cima perseguido, o partido arrisca ser abandonado pela base na eleição de 2016.

A coisa é séria. O PT deveria se dirigir

formalmente à presidente Dilma colocando-lhe o sentimento que vem da base: ela tem que mudar, demitir Levy e acabar com o ajuste fiscal. Se não, o PT terá que rediscutir a relação com ela.

Não dá para seguir assim. O próprio Lula em falas contraditórias, se vê

obrigado a discordar. E Dilma bate o pezinho por Levy.

A questão é que, segundo a imprensa, Lula quer trocar Levy por Meirelles, ex-presidente do Banco Central (originário do Bank Boston). Meirelles, seria trocar seis por meia dúzia. Especialistas dizem que a diferença é que ele prefere ajuste com mais privatizações que aumentos de impostos.

Uma razão de alarme à mais!

É necessário virar o transatlântico: acabar com o superávit primário, derrubar a taxa de juros e centralizar o câmbio, para preservar os direitos e ir no rumo do emprego e da renda, com as reformas populares nunca realizadas.

Assim, Dilma pode ainda se recuperar.

É a saída que corresponde ao movimento profundo que, depois de encarniçadas greves nacionais (bancários, petroleiros etc.) se chocarem com o ajuste, aparece quando estudantes, pais e professores se jogam a ocupar escolas contra consequências lógicas do ajuste. É um sinal do que vem. Isso não pode continuar assim!

Markus Sokol

O CALENDÁRIO DOS BANCOS

“Uma bagunça política”, segundo o Instituto Internacional de Finanças (IIF), “se aprofundou e está obstruindo o necessário ajuste fiscal para restaurar a confiança”.

O IIF, formado pelos maiores bancos do mundo e com sede em Washington, afirma que “não se pode descartar a possibilidade de impeachment da presidente Dilma. A piora do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego tendendo a superar os 10%, pode ser um fator a desencadear insatisfação popular, o que traria mais apoio para o impeachment” (OESP, 7/11/15).

Como os especialistas e as consultorias preveem que, se não mudar a política, em março o desemprego hoje em 8,7%, estará entre 10 e 12%, temos aí a indicação da agenda da crise, segundo os donos do mercado.

A DRU CONTRA OS DIREITOS

A Desvinculação das Receitas da União foi criada há 20 anos por Itamar Franco como quebra temporária por 2 anos da destinação social de verbas assegurada em lei, devido a Constituição de 1988, para fazer caixa e pagar juros aos bancos. Renovada desde então, a DRU estava em vigor até dezembro.

O governo acaba de fazer a coisa errada. Enviou ao Congresso uma PEC que prorroga e ainda amplia de 20% para 30% a desvinculação, engordando o superávit fiscal primário do ministro Levy.

Por exemplo, poderá agora desvincular 30% da receita do PIS e do Pasep que compõe o Fundo de Amparo do Trabalhador, base de vários programas sociais. Com medidas como essas, os bancos não tem tanta pressa no impeachment...

Com “aliados” assim, para que inimigos?

PMDB se reúne e por enquanto não “desembarca” do governo

Em 17 de novembro, no congresso de seu centro de estudos, anunciado como sendo o do seu “desembarque” do governo Dilma, o PMDB apenas adiou tal decisão para março de 2016.

O vice-presidente da República, Michel Temer, respondendo a gritos de “impeachment” e “Temer presidente” vindos do plenário, onde participantes do evento agitavam bonecos de Lula como presidiário, preferiu a cautela, dizendo: “Por enquanto não... em 2018... o PMDB terá candidato.” (FSP 18/11)

Ao mesmo tempo que dizia que o PMDB não sairá do governo agora, Temer defendeu o plano lançado pelo seu partido, chamado de “Ponte para o futuro” (ver OT 776), agregando que “não é de hoje que tenho falado em reunificar o pensamento

nacional”.

Assim, o partido do “é dando que se recebe” se perfila como campeão da “união nacional” com base num programa que deixou com ciúmes os próprios tucanos.

Aécio Neves, no dia seguinte, reclamou que o PMDB se apropriou de propostas que o PSDB apresentou nas eleições presidenciais (o que não deixa de ser verdade).

A frieza (ou cinismo) de Temer no evento contrastava com um plenário agitado contra o PT e Dilma.

Vários oradores defenderam a ruptura do PMDB com o governo, dentre eles ex-ministros como Geddel Vieira Lima que disse: “O impeachment ou não impeachment não depende da gente, mas tem algo que depende. Não é o afastamento da Dilma Rousseff da presidência da Repú-

blica, mas o afastamento do PMDB dela, para que possamos construir um partido que tenha discurso”.
Cunha ainda canta de galo

Recebido com um solitário grito de “Fora Cunha” e umas poucas vaias, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que estava na mesa ao lado de Temer e Renan Calheiros, tomou a palavra para dizer que o PMDB “não pode se calar em troca de meia dúzia de carguinhos” e que chegará o momento de desembarcar do governo.

No dia seguinte, Cunha conseguiu empurrar com a barriga os trabalhos da comissão que estuda o seu afastamento da presidência da Câmara por suas contas na Suíça.

Moral da história: o PMDB ainda não desembarcou do governo, continua aferrado aos seus “carguinhos”, que, convenhamos, não são

pequenos assim, pois mordem uma bela fatia do orçamento federal, mas acena com a possibilidade de fazê-lo em março.

O que, por sua vez, funciona como chantagem sobre a presidente Dilma e o PT para que abracem as propostas da “Ponte para o futuro”, um conjunto de medidas de ataques a direitos e conquistas e alienação da soberania nacional, que seria uma pá de cal em qualquer tentativa de avançar reformas populares, que afinal foi o conteúdo do voto dado a Dilma em outubro de 2014.

Aceitar tal chantagem do PMDB, que age em nome de interesses do “mercado”, ao contrário de salvar o governo Dilma seria afundá-lo de vez no abismo.

Lauro Fagundes

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



Os grupos de base do Diálogo e Ação Petista (DAP) vêm promovendo reuniões para discutir o “Manifesto de Alarme”, adotado pelo Comitê Nacional do DAP (disponível no blog petista.org.br).

Os grupos de base estão também empenhados em ajudar a construção do Encontro Nacional de Sindicalistas Petistas, em 27 de novembro, convocado por dirigentes petistas da CUT, sobre a base do Manifesto “O PT de volta para a classe trabalhadora”, assinado por mais de 400 sindicalistas petistas e distribuído no 5º Congresso do PT.

“O GRANDE DEBATE É A ALIANÇA DO PT COM A CLASSE TRABALHADORA.”

Reunidos no dia 14 de novembro no Sindicato da Construção Civil de Suzano e região, 43 companheiros e companheiras petistas atenderam ao chamado por um “Encontro Regional de Sindicalistas do PT” preparatório ao Encontro Nacional de 27 de novembro próximo. O encontro foi convocado a partir do esforço conjunto de companheiros do Diálogo e Ação Petista das cidades do Alto Tietê, da CUT regional e da macro do PT da região.

Na mesa do encontro, o presidente do sindicato da Construção Civil Bacaninha, Josué Ferreira, da coordenação do DAP e que dirigiu o encontro, Adir, da Apeoesp de Mogi das Cruzes, vereadores petistas de várias cidades e ligados ao movimento sindical: Iduigues, de Mogi das Cruzes, ligado ao sindicato dos papeleiros, Cláudio, da cidade de Ferraz de Vasconcelos, vindo da categoria dos vidreiros, prof. Luiz da Apeoesp de Suzano e o vereador Ideli, ex-metalúrgico. O encontro integrou o dia

de mobilização do PT na região e teve presença também do coordenador da macro petista, Paulo Costa, e do deputado estadual Auriel.

O companheiro Iduigues, como um dos primeiros aderentes do manifesto “O PT de volta para a classe trabalhadora”, apresentou a proposta. Explicou que foi um documento construído por várias correntes do partido e é um chamado do movimento sindical para o PT voltar a dialogar com sua base social, porque “o PT se burocratizou e se afastou dos debates com a classe trabalhadora”. Disse que o debate é difícil e é preciso discutir os rumos do PT. “O grande debate é a aliança do PT com a classe trabalhadora.”

Na discussão em plenário, vários presentes tomaram a palavra. O companheiro Bacaninha, presidente do sindicato da Construção Civil, afirmou que além do seu sindicato ser cutista a maioria da diretoria é petista. Ele criticou a situação do PT: “Alguns dirigentes pensaram que



Reunião em Suzano

a elite tinha virado nossa amiga”. O vereador Cláudio disse que o “PT precisa voltar para suas bases e dialogar”. Quatro companheiros professoras e professores de cidades da região falaram do movimento contra o fechamento de quase 100 escolas estaduais que o governador de SP Geraldo Alckmin tenta implantar. As consequências do ajuste econômico foram citadas por vários companheiros nas suas intervenções.

No final da atividade, Josué Ferreira, da

coordenação do DAP regional, leu vários trechos do Manifesto de Fundação do PT, para reafirmar que a luta para retomar as origens do partido é que tinha motivado o encontro. Explicou que o DAP não era uma tendência do PT, mas um agrupamento amplo e aberto aos petistas que querem retomar os compromissos originais do PT. Josué também informou sobre o Encontro Nacional de sindicalistas petistas no dia 27 próximo, e chamando a participação nessa atividade.

Companheiros da construção civil, dos papeleiros e professores se comprometeram a ir e também a mobilizar sindicalistas petistas da região que não estiveram presentes.

Após a atividade, uma reunião da coordenação do Diálogo e Ação Petista do Alto Tietê fez um rápido balanço do encontro e marcou uma plenária regional para o dia 6 de dezembro na cidade de Santa Izabel.

DAP PARAÍBA DISCUTE MANIFESTO DE ALARME

Uma reunião convocada pelo Diálogo e Ação Petista, realizada em João Pessoa no dia 5 de novembro debateu o “Manifesto de Alarme” do DAP, o manifesto “O PT de volta para a classe trabalhadora” e organizou a participação de sindicalistas petistas no Encontro Nacional em 27 de novembro.

Participaram da reunião Paulo Tavares, da CUT-PB, dirigentes do Sindicato dos

Bancários, militantes do PT e Fernando Cunha, da coordenação do Diálogo e Ação petista no estado.

Após a leitura dos documentos, foram feitas várias intervenções, ressaltando a gravidade da crise política, “que muda toda semana”, como disse um companheiro. Houve um consenso sobre a dimensão dos ataques desfechados contra o PT e o conjunto dos trabalhadores e seus direitos,

“haja visto o quanto de retrocesso este Congresso conservador promoveu em apenas um ano”, disse outro.

Citando o índice de 8% de desempregados, o maior dos últimos anos, Fernando Cunha afirmou que “não existe saída com essa política de austeridade”. Ele defendeu o controle do câmbio, a redução da taxa de juros e maiores investimentos na indústria e nas empresas estatais. “A

única força que pode derrotar a crise e o golpismo é o povo na rua, são os trabalhadores organizados”.

Deverão participar do Encontro Nacional de Sindicalistas dois dirigentes bancários e um do sindicato dos professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Foi aprovada também a construção de dois grupos de base do DAP, um em Mangabeira e outro na UFPB.

DEBATE COLOCA NO CENTRO A LUTA CONTRA AJUSTE FISCAL

Em São Paulo, por iniciativa dos grupos de base do Diálogo e Ação Petista da Paulista e do Centro, ocorreu no último dia 17, na sub-sede do Sindicato dos Bancários, um debate sobre o Encontro de Sindicalistas do PT. A atividade reuniu 24 companheiras e companheiros, entre bancários, servidores, professores, médicos e jovens.

Os debatedores foram Juliana Sales do Sindicato dos Médicos e da CUT Nacional, e Júlio Turra, da Executiva Nacional da CUT.

O centro da discussão foi o ajuste fiscal promovido pelo governo da presidente Dilma, que vem afastando cada vez o PT e o governo de sua base social, e a necessidade de outra política, que rompa com as medidas que atacam os trabalhadores e seus direitos, como o fim do ajuste fiscal, a redução imediata da taxa de juros e a centralização do câmbio.

Houve várias falas, sendo também abordadas as questões do financiamento da saúde, a situação do partido e a necessidade de uma mudança em sua política.

A Constituinte foi outro tema do debate, até porque, no ano passado, muitos dos presentes à reunião haviam participado ativamente dos Comitês da campanha, coletando milhares de votos, em diversos locais de trabalho e escolas.

Ao final, vários sindicalistas presentes manifestaram interesse em participar do encontro de sindicalistas petistas. Também foram tomadas iniciativas para dar continuidade da discussão. O grupo do Centro volta a se reunir no próximo dia 29 e o da

Paulista, no início de dezembro. Estará em pauta também a luta contra o chamado plano de reestruturação do ensino, que o governador Alckmin (PSDB) pretende impor em São Paulo, com o fechamento de inúmeras escolas.

Na melhor tradição petista, foi feita a coleta de contribuição no valor de um cafezinho para sustentar as atividades dos dois núcleos do DAP.

Petroleiros suspendem a greve nacional

Por indicação da FUP categoria volta ao trabalho e mantém estado de greve

Depois de 13 dias de greve, e da nova proposta da Petrobras, a Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) orientou aos sindicatos filiados a suspensão do movimento, mantendo estado de greve, e renovação do Acordo Coletivo de Trabalho.

Com a greve, os petroleiros conseguiram garantir que nenhum direito dos trabalhadores fosse retirado, preservando as conquistas obtidas nos últimos 13 anos, e a reposição da inflação, com um reajuste de 9,53%. A proposta original da Petrobrás previa a retirada de vários direitos e um reajuste, abaixo da inflação, de 5,73%. Em relação aos dias parados, foi garantido a compensação da metade dos dias, com o desconto dos demais.

A manutenção do estado de greve é por conta da discussão, pelo grupo de trabalho paritário, formado em função do movimento grevista, que tem um prazo de 60 dias para analisar a "Pauta Brasil". Essa pauta, apresentada pela FUP, e que a empresa não queria discutir, coloca como questão central o fim do plano de desinvestimento da Petrobrás. Como a criação do Grupo de Trabalho não garante que o governo venha a acatar o relatório final, a luta em defesa da Petrobrás pode ser retomada.



Petroleiros ficaram 13 dias em greve

O indicativo da FUP foi acatado nas assembleias por 11 sindicatos, entre os 13 filiados à FUP, nos estados de São Paulo, Paraná, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o de Duque de Caxias (RJ). As assembleias do Espírito Santo e Norte Fluminense decidiram continuar em greve, pelo pagamento dos dias parados e um claro compromisso da empresa de que não haverá punição de trabalhadores por conta da greve. A Petrobrás agora aceita a continuar a discussão sobre os dias parados (ver

box).

A greve foi uma demonstração da disposição dos trabalhadores para defender a Petrobrás e também seus direitos que estavam ameaçados pela política criminosa da empresa que, enquadrada pela política de ajuste fiscal quer jogar a conta para cima dos trabalhadores.

Na sua avaliação sobre o movimento a FUP diz em seu site: "Os rumos da Petrobrás, do Pré-sal e do Brasil continuam em disputa e o único enfrentamento possível é através da luta

de classes. Nossa greve apontou o caminho e reafirmou que os petroleiros e petroleiras não se curvarão ao mercado, nem aos predadores que agem dentro e fora da empresa".

João B. Gomes

PAGAMENTO DOS DIAS PARADOS

A Petrobrás concordou em reabrir a discussão sobre os descontos dos dias parados, em resposta a um documento, com essa reivindicação, protocolado pela FUP em 17 de novembro. A empresa diz que reabre a discussão após a assinatura do Acordo Coletivo de 2015. A FUP orienta: "Os trabalhadores, portanto, não devem assinar nada relativo à compensação e/ou desconto dos dias parados, enquanto esses pontos ainda estiverem sob discussão". Por orientação da direção da FUP, o tratamento que as empresas do Sistema Petrobrás aplicarem em relação aos dias de greve será extensivo a todos os dirigentes sindicais liberados nas bases da entidade.

Professores obrigam governo do DF a negociar

Categoria conquista algumas reivindicações e suspende greve

Em assembleia realizada no dia 12 de novembro, os professores do Distrito Federal decidiram suspender a greve, que durou 28 dias.

Desde o início do ano o Governador Rollemberg (PSB) questiona conquistas consagradas dos servidores, o que fez com que, já no início do ano letivo, os professores realizaram uma greve.

Em uma manifestação, no dia 28 de outubro, os professores sofreram uma forte repressão da Polícia Militar. A professora Meg, diretora do Sinpro-DF (sindicato da categoria) e Vice-Presidente da CUT-DF, foi agredida e, com outros professores, presa.

Os professores responderam à truculência da polícia com mais disposição de luta. Uma assembleia realizada após a repressão, reuniu cerca de 12 mil professores, sustentados pelo fechamento de todas as escolas do DF. Esta assembleia decidiu reforçar a greve. Com essa a mobilização os professores conseguiram arrancar uma proposta do governo que se negava a negociar.

O primeiro item da proposta do



Assembleia de professores do Distrito Federal

governo prevê que o pagamento da última parcela do reajuste de 2013, previsto em lei para setembro de 2015, fosse pago somente em outubro de 2016. Os professores rejeitaram essa proposta e a luta pelo pagamento imediato foi integrada à campanha salarial do próximo ano. O governo aceitou os demais pontos apresentados pela categoria: manutenção da jornada ampliada, manutenção da licença prêmio, não implementação de Organizações Sociais nas escolas do DF, pagamento da Gratificação de Atividade de Ensino Especial.

A proposta não atendeu à principal

demanda, a econômica. Os professores decidiram suspender a greve, inclusive porque a maioria das 32 categorias que haviam parado acabaram retomando as suas atividades na semana anterior. Contudo, a greve fez com que o governador ficasse isolado, criticado inclusive pela sua base parlamentar cada vez mais esfacelada.

A luta pelo item não atendido e pauta de reivindicações segue, e está prevista a retomada da greve logo no início do próximo ano letivo.

Greve na EBC

Movimento recusa proposta da empresa de reajuste de 3,5%

No dia 10/11, os trabalhadores da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) entraram em greve pela reposição da inflação de 9,49% e por um aumento real linear nos salários de R\$ 450. A empresa ofereceu 3,5% de reajuste, alegando corte no orçamento da empresa por conta do ajuste fiscal.

Em Assembleia os trabalhadores decidiram enviar uma Carta à Dilma que contou com o apoio dos seus sindicatos, federações e da CUT.

A Carta cobra de Dilma que oriente a direção da estatal a garantir no mínimo a reposição da inflação, dizendo que "A preservação dos salários, pela correção inflacionária, é condição mínima para preservar a EBC".

Na Carta também é cobrado abertura de concurso público para acabar com os acúmulos de função e preencher os cargos de direção e a destinação dos recursos das operadoras privadas de telecomunicações constituídos num fundo para o fomento do sistema público de comunicação criado no governo Lula que está servindo para fazer superávit primário aos banqueiros.

No dia 20/11 estava prevista uma tentativa de conciliação no TST.

Correspondente

Nilton de Martins

Cubatão (SP) resiste às demissões na Usiminas

Prefeita do PT enfrenta empresa que quer jogar milhares no desemprego

No último dia 11, em Cubatão, na Baixada Santista, uma mobilização levantou a cidade contra o anúncio da Usiminas de fechamento de setores da produção, que a empresa diz temporário, e que vai acarretar uma onda de demissões na cidade.

De imediato, serão atingidos quatro mil postos de trabalho. Mas, segundo a prefeita Márcia Rosa (PT), que conversou com o jornal O Trabalho, se essa decisão for concretizada, outras empresas fecharão, como por exemplo duas cimenteiras, provocando um efeito em todas as cidades da região, e vários setores serão afetados, como serviços, transporte, alimentação, construção civil, confecção, entre outros.

“A nossa preocupação extrapola o nosso município, porque isso vai afetar toda a região. Se as demissões ocorre-

diferentes setores, ajudará na mobilização. Afinal, já no dia 11, várias casas do pequeno comércio, predominante na cidade, fecharam as portas e colocaram faixas em apoio à luta.

História

A cidade de Cubatão se construiu ao redor da empresa. A então Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), foi fundada em 1953, durante o governo Vargas, e a planta inaugurada em 1963, no governo de João Goulart. Em 1955 foi criada a Refinaria Presidente Bernardes, a primeira da Petrobrás, em Cubatão. “A cidade se formou, então, ao redor da siderurgia e da Petrobras”, diz Márcia Rosa.

A Cosipa foi privatizada em 1993, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), comprada



Cosipa (hoje Usiminas) ao redor da qual a cidade se formou

A QUESTÃO DO PORTO

“Quando FHC privatizou a Cosipa, deu de presente o canal de Piaçaguera, passagem obrigatória para chegar ao porto de Santos. A Usiminas está usando o canal para exportar, a IVL (Vale) e outras também. Não tem mais interesse em produzir aqui, só explorar o porto, tirando tarifas alfandegárias do porto de Santos”.

O porto de Santos pediu licença e não conseguiu, para aprofundamento do calado. A Usiminas conseguiu para fazer isso no canal de Piaçaguera e a empresa que está tocando a obra é a mesma que provocou o desastre em Mariana (MG), a Samarco/Vale. “O que eles estão amontoando de areia removida aqui, dá para engolir Cubatão”, diz Márcia Rosa.

“Se a empresa mantiver a decisão, o porto não opera. Não vamos deixar. A presidente Dilma poderia declarar a área de utilidade pública e devolver o canal para o porto de Santos, o maior da América Latina”, que vem sendo lesado.

rem, a cidade de Cubatão vai fechar. Não teremos recursos para mantê-la”, disse Márcia Rosa.

A Usiminas tornou pública sua decisão no dia 29 de outubro. Em nota, ela justifica que o fechamento de setores da produção visa “dar competitividade” à empresa, leia-se, manter o lucro à custa do fechamento de milhares de postos de trabalho.

Na véspera da mobilização do dia 11, dia em que a prefeita decretou ponto facultativo, “greve”, como ela diz, a Polícia Militar do estado entrou na Usiminas – onde teve direito a refeição oferecida pela empresa – para prepará-la para reprimir o movimento no dia seguinte.

Mas a repressão não quebrou a resistência. Para avançar é preciso construir a unidade, de todos os sindicatos, filiados a diferentes centrais. O Sindicato dos Metalúrgicos à Intersindical, o dos terceirizados à Força Sindical e do setor de limpeza à CUT. A criação de um Comitê em defesa dos empregos em Cubatão e região, reunindo os mais

pela Usiminas, também já privatizada. “Antes da privatização a Cosipa empregava 30.000 trabalhadores. Hoje tem 4.300 empregos diretos e 5.000 terceirizados. É mais que hora de discutir o que representaram as privatizações. A situação da Usiminas coloca a questão da reestatização”, diz a prefeita.

Dinheiro público pelo ralo

A prefeitura contesta que a Usiminas recebeu R\$ 2,6 de empréstimo do BNDES, para modernizar a planta, o que não fez. “A presidente Dilma devia chamar esses empresários e pegar o dinheiro de volta”, diz Márcia Rosa. Em função da reação às demissões, a empresa foi chamada a depor na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do BNDES.

A prefeitura contesta também os cálculos apresentados pela empresa para efeito de cálculo de imposto.

“Em 2012 tentei protocolar junto ao delegado tributário Emílio Bruno, nomeado pelo governo do PSDB, um ofício pedindo auditoria sobre a

subestimação, por parte da Usiminas, do cálculo de valor adicionado, sobre o qual incide o ICMS, que caiu de 3,6 bilhões em 2008, para 271 milhões em 2011. O delegado não quis protocolar o pedido. Depois protocolamos junto à Secretaria da Fazenda do estado. O mesmo delegado deu parecer favorável à Usiminas. Esse delegado foi preso, com outros, na ‘máfia do ICMS’. Recorremos duas vezes do parecer anterior, mas o governo do estado não responde. Essa contabilidade distorcida deixa uma dívida da empresa com o município”. O ano de 2008 foi o ano em que Márcia Rosa, hoje em segundo mandato, foi eleita pela primeira vez.

Em 5 de novembro, Márcia Rosa e uma delegação de sindicalistas foi à Brasília pedir ajuda ao governo federal. Estiveram com três ministros, mas não conseguiram nada de concreto, apenas a promessa do ministro Rosseto, do Trabalho e Previdência, de que iria

pedir à Usiminas a suspensão das demissões por quatro meses. Depois de reunião com Rômulo Erwin de Souza, diretor da Usiminas, no último dia 17, a prefeita Márcia Rosa afirmou que o anúncio de que a empresa não iria fazer demissões até dia 31 de janeiro, decorre de um acordo trabalhista que previa estabilidade até esta data, “mas ele também anunciou que no dia 31 de dezembro começa o processo de desativação na empresa”.

“Perambulação da desesperança”

Terminando a segunda gestão à frente da prefeitura de Cubatão, Márcia Rosa diz que com as demissões, “tudo que fizemos de melhoria nesses oito anos, em termos de escola, saúde, creches estará comprometido. Eu serei a prefeita do PT que fechou a cidade”. Disposta a resistir, ela diz que o quadro na cidade, em função da recessão, já é de “perambulação da desesperança, são trabalhadores andando com mochila nas costas, olhando para o chão, sem conseguir emprego”. Ela corretamente critica a falta de apoio no partido, que deveria estar “todo unido nessa luta, os prefeitos deviam se unir”, mas não entrega os pontos, e sua disposição de defender os empregos e a cidade.

Poderá, por certo, contar para isso, entre outros, com a disposição dos militantes do Diálogo e Ação Petista que já estão presentes na luta contra as demissões, desde a primeira hora.

A QUESTÃO DO AÇO

Os empresários da indústria de aço no Brasil cobram do governo medidas de proteção em relação ao aço importado, em particular o chinês. Ainda que seja correto que o governo proteja a produção do aço no país, por exemplo, aumentando a taxa de importação do aço chinês, o fato concreto é que para enfrentar a crise, sem prejudicar a ainda mais e demitindo – a solução duradoura é a reestatização da Usiminas, que junto com outras siderúrgicas, como a CSN, foram entregues à iniciativa privada.

Tragédia em Mariana

Inoperância do Estado e a “supremacia” das mineradoras

O desastre causado pelo rompimento em 5 de novembro da Barragem Fundão - de resíduos de minérios - da empresa Samarco, cujos donos são as multinacionais Vale e a anglo-australiana BHP Billiton PLC, ainda está longe de ser mensurado. Dezenas de vidas de trabalhadores da Samarco e moradores do distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana/MG, se foram; centenas de famílias não sabem o que o futuro lhes reserva; tribos indígenas e a população ribeirinha do Rio Doce estão sem água e sem o seu meio de sobrevivência que vinha do rio; dezenas de cidades sofrem com a falta de água e milhares de trabalhadores estão com seus empregos em risco! E essas são apenas as primeiras conseqüências do desastre.

As barragens da Samarco foram alvo de investigação em 2013 quando, a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), foi realizado um estudo na região. O que aconteceu em Mariana está longe de ser um acidente, fruto de um abalo sísmico como tentou fazer crer a Samarco e a Vale. Tampouco foi a única catástrofe envolvendo barragens de rejeitos. De 2001 a 2014, seis rompimentos provocaram mortes e devastação em Minas Gerais.

Apesar de necessário, a Samarco nunca montou nenhum esquema emergencial e de evacuação para situações de risco como a que ocorreu. E o número de vítimas só não foi maior por que moradores de Bento Rodrigues, inclusive crianças, saíram avisando as pessoas que rapidamente se deslocaram para as partes mais altas do distrito.

Depois do desastre, a Samarco busca ter o controle da situação. Foi ela quem montou - dentro da sede da empresa - o Centro de Operações



Foto: Corpo de Bombeiros - MG

envolvendo Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, guardada com um forte esquema de segurança privada; é ela quem controla os acessos ao distrito de Bento Rodrigues e quem tem o controle dos atingidos. Os órgãos governamentais são meros “prestadores de serviços” e reféns das informações e do esquema emergencial montado pela Samarco! Causou revolta na CUT e em organizações populares o fato do governador Fer-

nando Pimentel fazer o seu primeiro pronunciamento público de dentro do Centro de Operações da Samarco.

As ações do governo Dilma e Pimentel

A presidente Dilma, em visita nas áreas afetadas, disse que é preciso “rever como a mineração acontece no Brasil”, mas, por hora, só anunciou uma multa do IBAMA de 250 milhões de reais e nove milhões para a fiscalização depois do estrago feito!

O governo Pimentel, por sua vez, embargou a licença de operação da Samarco que está proibida de extrair ou processar minério de ferro na mina Germano. Para que possa voltar a operar, a Samarco terá que cumprir as exigências de segurança fixadas pelo Estado como, por exemplo, o término do bombeamento do minério de ferro dentro do mineroduto da empresa que liga Mariana ao Espírito Santo, o que do ponto de vista da mineradora, tornaria inviável a continuidade da empresa na região. Por isso, o prefeito de Mariana, Duarte Júnior (PPS), preocupado com a situação econômica do município de Mariana que tem o orçamento

dependente da mineração em 80%, defende que o embargo seja por tempo determinado.

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputados discutem a possibilidade de aprovar leis que obriguem as mineradoras a tratar o rejeito “a seco”, tal como é feito em vários países do mundo, mas essa proposta não é vista com bons olhos pelas empresas mineradoras, já que representaria um aumento nos custos de extração em cerca de 30%.

Financiados pelas mineradoras

Dos 37 deputados que participam da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que prepara o novo Código da Mineração, 17 tiveram doações de campanha ligadas à mineração.

E a proposta em discussão ameaça ser mais atrasada do que a criada em 1967, durante a ditadura militar. Além de mexer na taxa de Compensação Financeira pela Exploração de Minérios (CEFEM), o projeto garante, entre outras coisas, o direito da mineradora “usar as águas necessárias para as operações de concessões”. O temor é que a exploração mineral se sobreponha a outras destinações da água, até mesmo abastecimento humano. Aliás, um fato que já ocorre em Mariana que sofre com constante falta de água.

As mineradoras que pagam uma irrisória taxa CEFEM e ainda são “agraciados”, entre outras medidas, com a isenção de 100% do ICMS para a exportação, querem ainda mais!

A saída é o Estado assumir o seu papel

O fato é que em meio a essa discussão, mais de 6500 empregos diretos e outros milhares indiretos estão em risco na região do Vale do Rio Doce. E diante da dependência econômica da mineração de Minas Gerais e do país, os governantes se vêem em meio à chantagem das empresas mineradoras que exigem mais concessões, sob pena de demissões em massa e fechamento de empresas.

A tragédia de Mariana reafirma a necessidade de que o país tome em suas mãos a exploração e controle de suas riquezas. A tragédia recoloca para o movimento dos trabalhadores e suas organizações, a importância de reerguer a questão da reestatização da Vale, corresponsável pela tragédia em Mariana, privatizada durante o governo FHC.

A CIA VALE DO RIO DOCE

A Vale foi construída depois de vigorosa resistência dos mineiros contra a multinacional inglesa, a Itabira Iron, nacionalizada durante o governo de Getúlio Vargas, com a indenização dos acionistas da multinacional.

Ao lado da Petrobras, a Vale estava entre as “jóias” do patrimônio público nacional. Mantinha sob o controle do país a extração de minerais (ferro, bauxita, nióbio, alumínio, cobre, carvão, manganês, ouro, urânio), operava em 14 estados e detinha 9 mil kms de malha ferroviária, portos, usinas e terminais marítimos.

Em 1997, apesar dos protestos dos trabalhadores, o governo FHC (PSDB), privatizou a Vale, vendendo a empresa, avaliada em quase \$100 bilhões por pouco mais de \$ 3 bilhões!

Em 2007, dez anos após a privatização, organizações dos trabalhadores, entre elas, o PT, a CUT e o MST, realizaram um plebiscito em que votaram quase 4 milhões de brasileiros, com 94,5% dos votantes exigindo anulação do leilão de privatização e a reestatização da Cia Vale do Rio Doce.

Encontro de sindicalistas do PT está confirmado

Será no auditório do sindicato dos Químicos de São Paulo em 27 de novembro

A iniciativa de dirigentes nacionais da CUT, filiados ao PT, de organizar o Encontro nacional de sindicalistas petistas, sobre a base do Manifesto "O PT de volta para a classe trabalhadora", que foi dirigido ao 5º Congresso do partido de junho passado e endossado por mais de 400 lideranças sindicais de todo o país, vai se concretizar em 27 de novembro.

Para tanto foi preciso superar rumores que chegaram a colocar em risco a realização do evento. Rumores que atribuíam a iniciativa a este ou aquele setor do sindicalismo cutista - quando se trata de uma iniciativa unitária de companheiros e companheiras de todas as correntes de opinião da CUT e dirigida a todos sindicalistas petistas, inclusive os que militam em outras centrais sindicais - ou que insinuavam que o objetivo do evento era atacar a direção partidária, quando se trata de discutir os eixos do Manifesto de junho, como

uma ajuda para que o PT supere a profunda crise em que se encontra.

Superados os rumores, a partir de um paciente trabalho de esclarecimento por parte dos proponentes, chegou-se a um formato de Encontro que, inicialmente, incluiria um ato público com Lula ao final da tarde do dia 27. Entretanto, problemas de agenda do ex-presidente fizeram com que este ato fosse transferido para o dia 4 de dezembro, também em São Paulo.

Pauta e objetivos

Assim, está confirmada a realização do Encontro de sindicalistas do PT em 27 de novembro (uma sexta-feira), a partir das 10 horas da manhã até às 14 horas, no auditório do sindicato dos Químicos de São Paulo (rua Tamandaré 348, metrô São Joaquim).

O Encontro será aberto com uma mesa sobre a conjuntura, com Vagner Freitas, presidente da CUT, que falará

sobre a atualidade do Manifesto que dá base ao evento, e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que fará uma exposição sobre os aspectos políticos e jurídicos da operação Lava Jato, a mesma que levou à condenação sem provas do ex-dirigente da CUT e do PT, João Vaccari Neto, a 15 anos de prisão.

Uma segunda mesa tratará da organização partidária dos sindicalistas petistas e da adoção de um documento final que faça a síntese do debate realizado. Sua composição será proposta ao Encontro pela comissão organizadora, que vem se reunindo na sede nacional do PT em São Paulo e na qual participam dirigentes sindicais que assinaram a convocatória e membros da Secretaria sindical nacional do partido.

Inscrições já foram feitas de companheiros e companheiras de todo o país e estima-se a participação de 300 sindicalistas no Encontro.

Ele dará a oportunidade de discutir

a atualidade das questões centrais levantadas pelo Manifesto de junho, que tiveram impacto no 5º Congresso do PT, como o questionamento à política recessiva e regressiva do ministro da Fazenda Joaquim Levy e a necessidade do PT voltar a ser um partido de militância nos movimentos populares e nos sindicatos.

O Encontro também será um momento propício para a discussão de uma campanha "Liberdade para Vaccari" que é, na verdade, não apenas de defesa dele, mas de todos petistas condenados injustamente em operações judiciais manipuladas para atacar o PT e as organizações dos trabalhadores e setores populares.

Os sindicalistas identificados com o "Diálogo e Ação Petista" se farão presentes no Encontro para reforçá-lo, na linha de defesa do partido e, como diz o título do Manifesto de junho, na perspectiva de ter "O PT de volta para a classe trabalhadora".

Julio Turra

Cartilha "Em defesa do PT"

Eles mentem, mentem e mentem

Todo militante do PT, todo democrata, deveria ter acesso à leitura da cartilha "Em defesa do PT, da verdade e da democracia", disponível no site do PT. Ela reúne informações úteis para desmascarar a guerra de destruição do partido movida pela reação.

Como a de que um dos mais destacados procuradores federais na Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, do Paraná, que na sua igreja evangélica, pregou que "em sua 'cosmovisão cristã', Deus está dando uma 'janela de oportunidade' ao conclamar para um ato pró-impeachment no dia 16 de agosto". Um fundamentalismo religioso, um tipo de "jihad tupiniquim"!

Ou que nas eleições de 2014, em São Paulo, "o PSDB ficou com 92% das doações das empresas investigadas na Lava Jato. O PT com apenas 8%. Em 2010, a proporção era de 65% para o PSDB e 35% para o PT".

Para não falar da coleção de arbitrariedades dos juízes Moro e juiz Gilmar Mendes examinadas.

A cartilha desmonta o "alicerce de falsas denúncias (onde) foi erguida a mitologia do mensalão". Por isso, incomodou os editorialistas patronais, ao acusar com razão: "mentem sob a proteção da toga, nos mais altos tribunais, afrontando a consciência jurídica da nação em rede nacional

de TV. Mentem sob a impunidade parlamentar, disseminando o ódio nas redes sociais. Mentem sob a proteção da autonomia funcional, forjando procedimentos investigatórios sem base alguma, apenas para produzir manchetes".

Se esboça, assim, a acusação aos acusadores. Esperamos que ajude a um movimento prático da militância que ainda falta e a cartilha não traz (v. abaixo).

Mas a questão de fundo ainda não está resolvida.

"Recorremos ao financiamento empresarial dentro da lei, porque esta era a regra em vigor", diz a apresentação da cartilha, "porque esta era a regra em vigor e tínhamos a responsabilidade política de defender nosso projeto nas condições concretas e não como gostaríamos: ao abrigo da influência do poder econômico".

Não!

A falsa responsabilidade das ditas "condições concretas" foi uma adaptação danosa. Foi uma armadilha que hoje ameaça o maior partido de trabalhadores já construído no país.

Um partido de trabalhadores não está condenado a seguir regras que condena, como nós sempre defendemos!

Sim, se pode fazer campanha de outro modo, arrecadar diferente, e

ganhar eleições, como o PT ganhou na primeira fase.

Mas a classe dominante sempre fará novas regras contra a independência política dos trabalhadores. E se não se romper definitiva e claramente com a adaptação à ordem podre e injusta para mudá-la, então

novas armadilhas virão.

A hesitação em romper, talvez explique porque esta cartilha saiu 3 anos atrasada da condenação dos réus do mensalão, processo iniciado, na verdade, há 10 anos - haja atraso!

João Alfredo Luna



Arbitrariamente preso, Vaccari foi condenado, sem provas, a 15 anos de prisão

LIBERDADE PARA VACCARI!

Uma centena de quadros do sindicato dos bancários, do qual Vaccari é liderança histórica, dirigentes da CUT e do PT, inclusive Vagner Freitas que falou, e Rui Falcão, compareceram no dia 6 de novembro, à uma festa de aniversário do ex-tesoureiro do PT, numa sede cultural do sindicato, em São Paulo.

No momento, ele estava preso numa penitenciária no Paraná, condenado, sem provas, a 15 anos, como explica a "cartilha" (ver acima).

No ato, as diferentes falas, destacando-se o emocionante depoimento do genro de Vaccari, João Mateus Jr, acabaram convergindo para uma proposta simples, justa e urgente: fazer em todo o país uma campanha pela Liberdade para João Vaccari Neto.

Fraude eleitoral no Haiti

Apoiando-se na Minustah, EUA controla preparação do 2º turno, em 17 de dezembro

Para os organizadores das eleições no Haiti, sob ocupação das tropas da ONU (Minustah), era preciso, custe o que custar, fazer suas operações eleitorais chegarem a termo, apesar das contundentes denúncias de fraude.

Depois de um primeiro momento de hesitação, e apenas alguns dias depois do prazo previsto, o Comitê Eleitoral Provisório do (CEP) anunciou, na noite de 5 de novembro, seu resultado para o primeiro turno das presidenciais, realizado em 25 de outubro.

O CEP colocou em primeiro lugar, com 32,8% dos votos, Joanel Moïse candidato do atual governo Martelly, fantoche dos EUA. Em segundo, com 25,2%, Judes Célestin, genro do ex-presidente Préval e que havia sido descartado do segundo turno de 2010, também pela fraude, para permitir a "seleção" de Martelly. O terceiro lugar, com 14,3%, foi indicado ao ex-senador Jean-Charles Moïse, em cuja plataforma está a retirada das tropas do Haiti. À candidata Maryse Narcisse, do partido ex-presidente Aristide, Fanmi Lavalas, foram atribuídos 7,1% dos votos.

No dia seguinte, 6 de novembro, a missão de observação eleitoral da OEA, chefiada pelo ex-ministro brasileiro Celso Amorim, divulgou nota conclamando ao respeito desse



Polícia prende manifestantes em protestos contra fraude eleitoral

resultado. Mas a nota é obrigada a mencionar "as dificuldades encontradas em 25 de outubro" referindo-se "principalmente à regulamentação e às atribuições dos representantes dos partidos". Ocorre que as credenciais para representantes de partidos permitem uma modalidade de voto em separado e o CEP emitiu mais de 700 mil delas para o primeiro turno, o que equivale a mais da metade dos votantes na eleição. Segundo as denúncias, esse foi um dos principais mecanismos de fraudes.

Oito candidatas a presidente, entre eles Jude Célestin e Jean-Charles Moïse, haviam ingressado com um pedido de investigação por uma comissão independente. Embora tenha

explicitamente reconhecido fraudes em pelo menos 300 urnas (de um total de 13.700) o CEP recusou o pedido.

Uma das organizações que impulsiona, em Porto Príncipe, a "Coordenação haitiana pela retirada das tropas da ONU" divulgou uma nota informando que "o país se encontra numa situação verdadeiramente caótica. Diariamente há manifestações e agitações denunciando o fato de Jovenel Moïse ter sido colocado em primeiro lugar. Um militante da Plataforma Pitit Desalin (partido do ex-senador Jean-Charles Moïse, NdT) foi morto algumas horas depois do anúncio dos resultados parciais, em 5 de novembro. Diver-

sos outros militantes desse mesmo partido foram presos. A tônica geral nos bairros populares de diversos departamentos do país é a repressão às manifestações de protesto efetuadas pela polícia e, em particular, pelo BOID (Brigada de Operação e Intervenção Departamental, tropa especial da polícia haitiana recém-constituído, NdT).

A ofensiva para aterrorizar os trabalhadores não visa somente impor os resultados eleitorais fraudulentos. Além de uma alta do custo de vida, devido à desvalorização da moeda local, o gourde, frente ao dólar, a população está às voltas com aumentos de impostos e tarifas públicas. Desde a emissão de passaportes e carteiras de habilitação até o imposto sobre a venda de animais, tudo foi reajustado pelo governo em meio ao processo eleitoral, provocando manifestações de protesto igualmente reprimidas com brutalidade.

Ao lado da continuidade do combate pela retirada das tropas da Minustah do Haiti, a ATPC-Associação dos Trabalhadores e Povos da Caraíba, informou que está preparando um apelo dirigido ao movimento operário e democrático da região em defesa do direito de manifestação do povo haitiano, para fazer cessar a repressão.

Correspondente

Segundo turno na Argentina

Avanço da direita não é fenômeno argentino

Dois candidatos principais a presidente - o peronista Daniel Scioli seguido pelo opositor de direita Macri - levaram as eleições para o segundo turno, no próximo dia 22. O que já era previsto, mas não por apenas 2% de votos de diferença: o oficialista "Frente para a Vitória" (PpV), da presidente Cristina Kirchner, obteve nove milhões de votos (36,9%) contra 8,4 milhões do "Cambiamos", de Macri (34,3%). A terceira força, Massa, dissidência do governo, ficou com 5,2 milhões (21,3%). Em quarto lugar, vem o FIT - Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT), 800 mil votos (3,3%). Brancos e nulos 3%.

O panorama inclui a derrota do candidato oficialista a governador de Buenos Aires, e o fato de que muitos prefeitos do "Frente para Vitória" cruzaram votos em outras forças

políticas, o que deixa mais dúvidas que certezas para o segundo turno.

Mas o avanço de coalizões de direita não é um fenômeno argentino. O realinhamento de frações das classes dominantes na América Latina - produto da pressão imperialista para recuperar posições perdidas - arrasta suas clientelas eleitorais. Ainda mais com as flagrantes contradições dos governos ditos "progressistas", como Kirchner - que reestatizou e depois recuou, que puniu crimes da ditadura, mas adotou políticas repressivas, por exemplo - numa situação onde faltam partidos revolucionários.

No caso argentino, nem há um partido de classe com base de massas em que os trabalhadores se reconheçam, em parte pelo peso peronista, outra parte pela política da esquerda.

O FIT, uma frente com diferentes

graus de sectarismo - do Partido Operário (antes ligado ao PCO brasileiro) com o Partido de Trabalhadores Socialista (ligado a LER/MRT) e vários outros menores - fez uma campanha eleitoreira para dobrar o número de parlamentares (1 federal e 3 estaduais). Mas não saiu do lugar, o que acentua as suas tensões internas, após "eleições primárias" onde o PTS tirou PO do lugar de encabeçador.

No segundo turno, os dois candidatos disputaram o espólio do 3º colocado, enquanto as forças populares e de esquerda se dividiam entre votar branco, como o FIT, ou apoiar o mal-menor, Scioli.

Voltaremos ao tema.

Correspondente

Venezuela

"Operação" dos EUA para interferir nas eleições venezuelanas

Nas eleições legislativas da Venezuela, em 5 de dezembro, há o risco de derrota do governo em virtude da insatisfação popular pela escassez de produtos básicos decorrente da "guerra econômica" promovida pelo imperialismo e grandes empresários locais, mas também pela desorganização da economia por falta de planejamento por parte do governo Maduro. Nessas circunstâncias, a agência "anti-drogas" dos EUA (DEA) anunciou a prisão, em Porto Príncipe, capital do Haiti, por tráfico de drogas, de supostos parentes do Presidente Maduro e de sua esposa. Não é coincidência que o anúncio dessa "operação encoberta" tenha ocorrido às vésperas das eleições e no momento em que Maduro estava numa reunião da Opep discutindo o aumento dos preços do petróleo.

Portugal: uma nova via se abre

“É como se fosse de novo um 25 de Abril”

Em 10 de novembro, a maioria dos deputados da Assembleia da República - composta pelo Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP) e Bloco de Esquerda (BE) - votou contra a posse do governo dos partidos de direita (PSD e CDS). Dezenas de milhares de trabalhadores, jovens, pensionistas, concentraram-se em frente à Assembleia da República, atendendo ao chamado da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses).

Já caiu!

25 de Abril sempre! Não voltaremos atrás! Foi um respiro de alívio! Queremos que nos restituam tudo o que nos foi roubado!

Militantes do PS, do PCP, do BE abraçavam-se, cantavam e muitos não escondiam as lágrimas. Lutamos por isto há quarenta anos. É como se fosse de novo um 25 de Abril (data da Revolução Portuguesa de 1974, que derrubou a ditadura, NtR).

As manifestações de alegria emocionada expressavam dois profundos sentimentos: o de verem o PS e o PCP unidos na Assembleia da República, em conjunto com o Bloco de Esquerda, para derrubar os partidos que representam diretamente o capitalismo - PSD e CDS; e outro, a queda do governo da Troika (FMI, Comissão Europeia, Banco Central Europeu), contra o qual todos os setores da povo trabalhador se mobilizaram durante quatro anos e que só se manteve pela divisão entre essas



Lisboa, 10 de novembro: manifestação diante da Assembleia da República

mesmas forças políticas do PS e do PCP, quer nas ruas quer à frente das organizações sindicais.

Mas esta alegria imensa não apaga a preocupação e a incerteza. Por um lado, porque ainda falta a decisão do Presidente da República, que pode tentar manter em gestão o Governo

derrubado e odiado; e, por outro lado, porque o acordo entre os partidos da esquerda não põe em causa os compromissos com Bruxelas: a redução drástica do déficit orçamentário e a manutenção da dívida pública.

Correspondente

(PARTIDO OPERÁRIO DE UNIDADE SOCIALISTA)

O voto da maioria do povo, traduzindo a rejeição das políticas impostas pela Troika e aplicadas pela coligação de direita PSD/CDS, impôs uma nova maioria na Assembleia da República.

Os partidos constituintes dessa maioria entenderam-se para criar as condições de um Governo de esquerda, ao mesmo tempo que afirmaram: “PSD e CDS nem mais um dia!”.

O povo trabalhador que elegeu os deputados desses partidos não pode deixar de acolher positivamente as medidas anunciadas, particularmente, o início da eliminação dos cortes dos salários e pensões, de aumento (mesmo que reduzido) do salário mínimo, de reversão da privatização TAP (1), dos transportes públicos de Lisboa e do Porto, e da EGF (2), bem como a garantia de que não há mais privatizações. Estas medidas deverão constituir o primeiro passo para recolocar o nosso país no trilho do desenvolvimento e da justiça social, interrompido com as políticas ditadas pelos interesses das multinacionais e dos especuladores.

Como afirma a direção da CGTP, é hora de responder às necessidades das pessoas, é hora de rever a legislação trabalhista - que desequilibrava a relação entre capital e trabalho - é hora de restabelecer o contrato colectivo.

Um novo caminho se abre, mas não é uma avenida sem obstáculos...

O respeito à vontade expressa pela maioria do povo exige que o PSD e o CDS saiam do poder. Mas, com essa saída, não desaparecem os dispositivos em que eles se apoiaram - em conjunto com Cavaco Silva - para aplicar a política de devastação do nosso país e da vida do povo português. A Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI não vão desistir de controlar o Orçamento do Estado, exigindo que continuem a ser desviados nove mil milhões de euros, por ano, para pagar os juros de uma dívida pela qual o povo não é responsável.

Pode um governo metido nessa camisa-de-força, por mais competente que seja, responder aos desafios que o povo espera para mudar este país?

Todos temos consciência destas dificuldades. Mas também sabemos que não estamos sozinhos. Com os mesmos problemas de desemprego, precariedade e privatizações estão confrontados os trabalhadores em todos os países e, em todos, há resistência e mobilização para se defenderem destes ataques.

Da Grécia ao Estado espanhol, à França ou à Grã-Bretanha, muitos jovens e trabalhadores colocam as mesmas interrogações. “Sabemos que não se pode avançar submetidos a esta política, a esta União Europeia, a esta ditadura dos mercados: mas como vamos sair daqui? Como fazer?”

Os militantes do POUS partilham as aspirações legítimas e as preocupações do conjunto dos trabalhadores, bem como de companheiros de outras tendências políticas que procuram o caminho para conseguir os objectivos que lhes são comuns.

De nossa parte, consideramos que a saída positiva para o povo português está ligada à luta dos trabalhadores, em unidade com as suas organizações, no nosso país e nos demais países, no quadro do respeito pela soberania dos povos e das nações.

Juntemo-nos e debatamos em conjunto a forma de encontrar essa saída.

(1) Companhia aérea portuguesa

(2) Empresa Geral de Fomento (EGF), holding estatal para a área dos resíduos.

Trabalhadores palestinos são reintegrados

Campanha do Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré obtém vitória

O Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré obteve a reintegração de dois trabalhadores árabes palestinos, que haviam sido demitidos de um posto de gasolina israelense pelo fato de conversarem entre si em árabe. O sindicato desenvolve uma campanha em defesa dos direitos dos trabalhadores árabes palestinos no interior do Estado de Israel.

O sindicato ingressou com uma ação na qual argumentava: “A decisão dos empregadores de demitir trabalhadores simplesmente porque eles falavam entre si em árabe fede a racismo, sobretudo quando se sabe que os dois assalariados trabalham há mais de dois anos no posto de gasolina, oferecem excelente serviço e têm boa reputação entre os clientes, tanto árabes quanto judeus, sem discriminação. A demissão parece ser uma decisão pessoal e racista do empregador”.

A sentença do tribunal trabalhista registrou: “A demissão de um trabalhador pode estar ligada à redução do número de empregos na empresa, a uma falta profissional cometida pelo assalariado ou à falência da empresa ou do empregador, mas a demissão de trabalhadores por causa de sua língua, sua religião ou sua

nacionalidade, ou ainda por causa da situação de segurança do país, não tem nenhuma base jurídica, como se vê no caso que nos é apresentado; é estranha e repreensível. Em razão disso, acolho o recurso apresentado pelo advogado dos trabalhadores. O empregador deve reintegrar imediatamente os assalariados a seu trabalho”.

Apoie a luta

Em defesa do direito de organização dos trabalhadores e pela reintegração dos demitidos!

• Envio de moções para: arab.workers.union48@gmail.com

• Dados para a remessa de contribuição:
Agência bancária: Bank Leumi Le Israel B.M.; Swift Code: LUMIILIT-TLV; Routing Number: IL010794; Número da conta: 15988-47; Nome do beneficiário: Arab Workers Union in Israel; Iban: IL670340020000001598847.

• O depósito pode ser feito também no Brasil: Banco do Brasil - agência 0584-3 - conta poupança nº 2348-5, variação 51, em nome de João Batista Gomes.

França: “Depois do pavor... a hora de questionar”

O jornal Informações Operárias dialoga com os leitores após os atentados de Paris

Informações Operárias (IO), jornal do Partido Operário Independente (POI) da França, decidiu abrir sua edição semanal focando na formidável mobilização dos funcionários dos hospitais de Paris para atender as vítimas dos massacres perpetrados na noite de 13 de novembro, que mataram pelo menos 129 pessoas e feriram centenas de outras, grande parte jovens que se divertiam em bares e restaurantes.

Conforme matéria de Marie Stagliano, estava a postos todo o pessoal hospitalar, tanto das enfermarias quanto do apoio, além dos serviços de emergência e o Samu. O jornal burguês Le Parisien relata que “Durante todo o tempo, o pessoal médico continuava a chegar aos hospitais. Alguns por seus próprios meios, outros aos grupos, compartilhando taxis. Todos vinham ajudar seus colegas de plantão a cuidar das vítimas”.

Uma força considerável se ergueu para atender ao fluxo de feridos ao longo de toda a noite. As equipes souberam atendê-los em condições medonhas. Foi a demonstração da eficácia de uma organização de saúde baseada na existência de uma rede de hospitais públicos. Indica o que é o sistema de saúde “à francesa”, elo de um conjunto ancorado na segu-

ridade social, conquistada em 1945.

Um socorrista avaliou que a vida de pelos menos 80 pessoas foi salva pela força de intervenção dos hospitais de Paris em conjunto com a pronta atuação dos serviços de emergência.

Como proteger o povo fazendo a guerra e desmantelando os serviços de saúde?

Diante dos parlamentares reunidos em Versalhes, dia 16.11, o presidente François Hollande, pediu unidade para “colocar todo o poder do Estado na proteção dos cidadãos”. Mas proteger como, se, ao mesmo tempo, ele anunciou a intensificação da guerra na Síria? Quem pode acreditar que essa guerra sem fim protegerá os franceses da barbárie?

Um texto de Yan Legoff lembra que os serviços de saúde, realçados no socorro às vítimas do atentado, estão prestes a ser desmantelados por um projeto de lei que o governo quer passar a todo custo no parlamento. Ao lado dele está a “reforma” das escolas, a privatização dos principais serviços públicos e outro projeto que retira direitos trabalhistas.

Reforço da repressão, como quer a direita

Quem pode acreditar que o “estado de emergência” decretado por Hollande e que ele quer prolongar

por três meses, suspendendo as liberdades democráticas e o direito dos sindicatos convocarem manifestações, poderá servir para a “proteção dos cidadãos”?

Hollande ainda anunciou que pretende alterar a Constituição introduzindo propostas inspiradas diretamente no ideário da direita e extrema-direita (Frente Nacional-FN, de Marine le Pen). Por exemplo, aos que tem dupla nacionalidade, poderá ser proibida a entrada em território francês nos casos de suspeita de terrorismo e, no caso de condenação, poderá ser decretada a perda da nacionalidade francesa. Como, então, acreditar no governo que, apenas uma semana antes, lamentava a possibilidade de a FN “ganhar uma ou duas regiões” nas eleições que se avizinham?

Cúpula do G20 dividida

Artigo de Marguerite Leuwen retrata as contradições que marcaram a cúpula do G20, reunida na Turquia apenas dois dias depois dos atentados.

A origem da desagregação dos territórios onde se instalou o Estado Islâmico (EI), está na decisão dos EUA e outras potências de intervir na Síria, exacerbando massacres que provocaram a fuga de milhões de sírios – um milhão desembarcados na Europa – e o desenvolvi-

mento do terrorismo.

De início, os EUA agiram em acordo com aliados tradicionais, a Turquia, Arábia Saudita e Israel, contra o Irã e a Rússia. Depois, subitamente, giraram para um acordo com o Irã desagradando aqueles aliados, que consideram o Irã um perigo ainda maior que o EI.

Por trás dos discursos pela unidade o que prevalece são os interesses das potências, todas querendo garantir sua influência no Oriente Médio e região.

Por um lado, anuncia-se um bloco sólido contra o terrorismo, mas, por outro, ele é financiado e armado maciçamente (leia box).



O QUE É O ESTADO ISLÂMICO (DAESH)?

A intervenção das grandes potências na Síria, em particular EUA, consistiu em financiar e armar a oposição ao regime de Bashar Al-Assad. Nessa nebulosa se destacam três grupos: o Exército da Síria Livre, dito “oposição moderada”, hoje totalmente marginalizado, a Frente Al-Nosra (ligada à Al-Qaida) e o Estado Islâmico (Daesh, em árabe). Os dois últimos foram financiados principalmente pelas monarquias do Golfo. Com o tempo, a ajuda estatal foi substituída pela sustentação de ricos cidadãos do Qatar e da Arábia Saudita.

O EI administra um território de 200 mil km², entre Síria e Iraque, com uma população de 10 milhões de habitantes. Para assegurar o funcionamento desse “califado”, o EI tem de pagar salários mensais de 500 dólares aos “combatentes”, pensões às famílias dos “mártires”, financiar a máquina administrativa, a gestão das cidades, as escolas, serviços de saúde, etc. Tudo isso exige a aquisição não apenas de armas, mas, também, de medicamentos e materiais, nas rotas do comércio internacional.

O orçamento do EI está estimado em dois bilhões de dólares. Segundo a CIA, ele tem o controle de 15% dos poços de petróleo iraquianos, além de outros na Síria, com uma produção diária total de mais de 40 mil barris. Esse petróleo é exportado pelo porto turco de Ceyhan e vendido pela metade do preço nos mercados internacionais, auferindo cerca de 1,5 milhões de dólares por dia. Segundo a senhora Hybaskova, embaixatriz da União Europeia no Iraque, países membros da União Europeia compram esse petróleo. E para rentabilizar o dinheiro existente nos bancos das cidades que controla, o EI deve fazê-lo circular nos mercados internacionais.

Com efeito, os ricos emires do Golfo Pérsico ou os ricos financistas turcos contribuem para financiar os combatentes da Al-Nosra e do EI. Relatórios dos serviços secretos das grandes potências demonstraram que armas entregues pelos Estados do Golfo à grupos de oposição a Bashar Al-Assad foram para nas mãos das milícias do EI.

Assine O TRABALHO 
Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232